

# A realidade por trás da porcentagem na educação

26 SET 1996

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro Paulo Renato Souza viaja otimista para Genebra, onde apresentará em conferência da Unesco, na próxima segunda-feira, relatório sobre o desenvolvimento da educação no Brasil. Segundo os cálculos do ministro, este ano o Brasil deve estar gastando perto de 6% do PIB com educação, o que é mais do que gastam nossos vizinhos latino-americanos e se aproxima dos níveis dos países mais desenvolvidos do mundo. A situação está melhorando não só em termos quantitativos, mas também qualitativos, com a valorização do professor, do ensino primário e, sobretudo, do planejamento. Entretanto, é preciso analisar os dados com cautela.

Ao gastar em torno de 6% do PIB com educação, o Brasil atinge patamar próximo dos EUA, com 6,8%, e ultrapassa a França, com

5,3%. O que acontece, no entanto, quando se transportam essas porcentagens para o mundo real? O PIB do Brasil é de pouco mais de US\$ 700 bilhões, enquanto o dos EUA é de US\$ 5,7 trilhões e o da França, de US\$ 1,1 trilhão. Nos EUA, 88% da população conclui o segundo grau; na França, 97%, e no Brasil, 15%. A França reservou, no ano passado, US\$ 58 bilhões para a educação, tendo uma população de 57 milhões de habitantes, dos quais 14 milhões entre 0 e 14 anos; o Brasil está destinando à educação US\$ 43 bilhões, mas tem uma população de 152 milhões, dos quais 49 milhões na faixa de 0 a 14 anos. É menos dinheiro para mais do triplo de gente.

A porcentagem pura e simples de destinação do PIB à educação traduz o empenho do País em melhorar a situação, mas esconde o

peso relativo do esforço diante da realidade adversa em que ele se exerce. A relação entre PIB e população no Brasil, a proporção da população em idade escolar e o nível de ensino que ela atinge são muito desfavoráveis se comparados aos países desenvolvidos. Não faz sentido brandir essa porcentagem sem considerar esses outros fatores.

Além do mais, enquanto um salário médio de R\$ 300 para os professores do País for uma meta do governo, simplesmente não haverá atmosfera para celebrações. Colocar a questão nessa perspectiva é importante não para desanimar o governo ou a opinião pública, mas sim para

obter o efeito contrário, de apelar para uma atenção maior ainda num tema crucial para todas as esferas da vida nacional.

Diante do salário ridículo dos professores, diante da má qualidade

de do ensino e da baixa proporção de brasileiros qualificados para um mercado de trabalho cada dia mais exigente, talvez o governo e a sociedade concluam que 6% não sejam o suficiente. Para além

**Aumentam os recursos para a educação, mas ainda se está muito distante do desejável**

da questão quantitativa, no entanto, é preciso que o planejamento, a administração dos recursos e a qualidade da educação, aí incluídas condições de trabalho mínimas para os professores, se tornem uma obsessão nacional.